

Parecer é contra projeto sobre a Vale

Na Comissão de Infra-Estrutura, o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) apresentou parecer contra o projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que condiciona a privatização da Vale do Rio Doce à autorização do Congresso. Página 5



Sarney defende proposta de Freire para a Previdência

Presidente do Senado garante que fará todo o possível para que reforma seja aprovada no menor prazo regimental e lembra que Fernando Henrique pode convocar Congresso em julho

Fogaça apóia o ajuste fiscal e condena barganha

"O ajuste fiscal é a mãe de todas as guerras em defesa do povo" e vai exigir da sociedade um esforço muito maior do que o empreendido para a derrubada da ditadura militar, segundo afirmou ontem o senador José Fogaça (PMDB-RS). Para o senador, as oligarquias, as classes dominantes do País são "inimigas do ajuste fiscal", enquanto as forças de esquerda legítimas estão comprometidas com esse instrumento.

Fogaça afirmou que a reti-



José Fogaça

rada de quatro artigos da medida provisória sobre o fortalecimento do Banco do Brasil, a partir de negociações do governo com a bancada ruralista, compromete o ajuste fiscal. Para o senador, sem o ajuste fiscal não há como fazer política social.

- A dívida com o Banco do Brasil é sempre postergada. Não me parece uma atitude correta "ferirmos de morte" o Banco do Brasil. É preciso derrotar a cultura clientelista - afirmou Fogaça.

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que a proposta de emenda constitucional para a reforma da Previdência apresentada pelo senador Roberto Freire (PPS-PE) é a melhor alternativa para resolver definitivamente o impasse sobre a matéria. Sarney garantiu que fará todo o possível para que a reforma previdenciária seja aprovada no menor prazo regimental, ressaltando, porém, que o presidente da República poderá convocar o Congresso, em julho, caso a proposta não tenha sido votada.

A emenda de Freire institui

o regime básico unificado de Previdência e assegura aos trabalhadores do sexo masculino e feminino da iniciativa privada aposentadoria aos 35 anos e 30 anos de atividade. Também estabelece que a maior aposentadoria será de dez vezes o piso de beneficiários da Previdência. Sarney afirmou que chegou a aconselhar Fernando Henrique a não enviar a proposta de reforma da Previdência à Câmara antes das propostas das reformas tributária e administrativa, "porque sabia que o debate sobre as aposentadorias poderia prejudicar as outras matérias".

Dutra anuncia debate para hoje

O líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), está convidando os senadores para uma reunião hoje, às 14h, na sala 7 da Ala Alexandre Costa, para um debate sobre o projeto do deputado Eduardo Jorge para a reforma da Previdência Social.

"Estamos convidando todos, sem distinção, para o de-

bate de um projeto radical, que acaba com os privilégios na Previdência", anunciou Eduardo Dutra em plenário. Ele informou que a iniciativa do deputado estabelece um regime previdenciário único, que abrange os servidores públicos e os trabalhadores da iniciativa privada, além de civis e militares.

Relatório sobre o Código de Trânsito sai hoje

Página 4

Valor pago em desapropriação pode ser revisto

Página 2

Valor de desapropriação pode ser revisto

Requerimento aprovado ontem coloca na Ordem do Dia projeto de Roberto Freire que permite à União questionar montantes pagos aos proprietários de terras



Emília Fernandes

Emília denuncia número alto de mães que morrem

Os dados oficiais relativos à mortalidade materna no Brasil "são estonteadores" e exigem o engajamento dos três poderes da República e da sociedade, através de suas entidades de classe, na implementação de políticas de saúde para as mulheres. A opinião foi manifestada pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS) a propósito do Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher, comemorado ontem, cuja temática deste ano é o combate à mortalidade materna. O Sistema Único de Saúde (SUS) não desenvolveu uma política de atenção à saúde da mulher, destacou Emília Fernandes.

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento de Roberto Freire (PPS-PE) que coloca na Ordem do Dia, para votação, projeto de sua autoria permitindo à União, através do Incri, requerer ação revisória dos valores atribuídos à desapropriação para reforma agrária. Conforme o senador, muitas sentenças judiciais fixam valores extremamente elevados para propriedades em desapropriação e seu projeto autoriza o governo a questionar esses valores.

O caso mais escandaloso, segundo Freire, refere-se a 510 mil hectares desapropriados pelo Incri no período 71/84 no sudoeste do Paraná, onde o juiz fixou em US\$ 12 mil a indenização de cada hectare, quando o preço de mercado da região não passava de US\$ 1 mil. O projeto foi questionado por Ramez Tebet (PMDB-MS), para quem a proposta autorizará a revisão judicial em ação já julgada. "Isso não é razoável. Haverá revisão da revisão ju-

dicial?", perguntou. O projeto, que se encontra na CCJ, receberá parecer em plenário, a ser dado por José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

Os senadores aprovaram ainda requerimento de Júnia Marise (PDT-MG) para que o ministro da Administração Federal, Bresser Pereira, já convocado pelo plenário para falar sobre reajuste de salários do funcionalismo, explique também a reforma administrativa. Foi ainda ratificado pelo plenário o texto da Convenção 167 da

Organização Internacional do Trabalho, que estabelece normas sobre todas as atividades da construção civil.

Também receberam aprovação as emendas ao Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio, adotadas em Copenhague, em novembro de 1992. Foi ainda aprovado acordo entre o Brasil e a Venezuela que autoriza os dependentes de diplomatas dos dois países a exercerem função remunerada.

Tebet questiona proposta de Freire



Eduardo Suplicy

Suplicy considera crítica situação do desemprego

O crescimento do desemprego de 5%, no ano passado, para 6% neste ano, previsto pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em entrevista ao jornal *Le Figaro*, foi apontado como preocupante pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em discurso na sessão de ontem.

- Quando Fernando Henrique assumiu o Ministério da Fazenda, o índice de desemprego estava em 3,4%. Agora ele admite que haverá crescimento para 6%. Trata-se de um agravamento muito sério da situação econômico-financeira do País - disse.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

- 10h - Recebe o senador Gilvam Borges e o brigadeiro Murilo Santos.
- 11h - Recebe o senador Renan Calheiros e membros da Federação dos Médicos de Alagoas.
- 11h30 - Recebe o deputado distrital Luís Estêvão.
- 12h - Recebe o deputado Ushitaro Kamia (PTB/SP).
- 14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado.
- 18h - Recebe bancada feminina do Congresso Nacional.

PLENÁRIO

- 14h30 - Sessão deliberativa do Senado
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 1/96, que dá nova redação ao Inciso II do Art. 192 da Constituição Federal, que flexibiliza o monopólio dos resseguros no Brasil (terceiro e último dia de discussão, em segundo turno).

COMISSÕES

- 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (extraordinária)
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 253/95 (terminativo), que veda a instalação de juntas de conciliação e julgamento da Justiça do Trabalho em municípios com menos de 200 mil habitantes, e

dá outras providências; *PLS nº 33/95 (terminativo), que acrescenta parágrafos ao art. 20 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); *PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição Federal que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País; *PEC nº 64/95, que trata da ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho e do cumprimento das obrigações trabalhistas do empregador para com o empregado rural; *PEC nº 41/95, que revoga o dispositivo que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; *PEC nº 53/95, que dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 44/95, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural; e *PLS nº 190/95 (terminativo), que define o crime de tortura, nos termos do art. 5º, incisos III e XLIII, da Constituição Federal, e dá outras providências. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.425/96, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social Pauta: Reunião de trabalho. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.460/96, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, e dá outras providências
Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

Simon defende imagem do Congresso

Senador sugere que o governo utilize o recurso da medida provisória, assim como o fez em relação ao sistema financeiro, para estabelecer o rito sumário à reforma agrária

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que "o povo e a imprensa não podem criticar o Legislativo dizendo que o Congresso é o corte vertical da sociedade". Segundo o senador, o Congresso é heterogêneo e, "assim como no futebol há bons e maus jogadores, no parlamento também existem os bons e maus políticos".



Pedro Simon

O Congresso e os partidos vivem um péssimo momento. Mas não há razão para desencanto, porque a democracia é melhor que qualquer outro regime - disse Simon, acrescentando que tanto no Senado quanto na Câmara há representantes de diversos segmentos, como de médicos e proprietários rurais, mas não há representantes dos sem-terra nem dos favelados.

Citando o Presidente, que teria dito aos empresários ser muito difícil fazer reformas com de-

mocracia, o senador afirmou que "os militares ficaram 25 anos no Poder e nada fizeram para a melhoria das instituições". Simon considera necessário promover a reforma tanto tributária quanto fiscal, mas acha que "o governo e o Congresso não querem fazer nenhum tipo de reforma, e com o problema havido na

Câmara em relação à Previdência morreu a reforma tributária e fiscal. Mas a ditadura poderia ter feito".

Sobre a reforma agrária, Simon afirmou que FHC, assim como fez em relação ao sistema financeiro, também poderia utilizar o recurso da medida provisória para solucionar o problema do rito sumário em benefício dos sem-terra. Apartearam Simon os senadores José Fogaça (PMDB-RS), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Romeu Tuma (PSL-SP).

Impunidade é preocupante

Referindo-se ao protesto promovido em Paris por intelectuais franceses pedindo o fim da impunidade no Brasil, o senador gaúcho disse que "eles têm razão porque o problema do Brasil é exatamente a impunidade".

Ao comentar declarações atribuídas a FHC sobre a

Justiça brasileira, Simon disse que "pelo que está na imprensa os presos do Carandiru teriam sido culpados" pela tragédia ocorrida. A seu ver, "a imagem do Judiciário brasileiro na França vai ficar má", no que concordaram os senadores Ney Suassuna e Romeu Tuma.

Suassuna vê obstáculos, mas conclama senadores a lutarem por seus objetivos

Há muitos impedimentos ao exercício de um mandato parlamentar, mas os políticos que os assumem não devem se entregar ao desalento e lutar pelos objetivos que os levaram ao Congresso. Esta foi a conclusão feita ontem por Ney Suassuna (PMDB-PB), que sugeriu um esforço maior nas atividades de fiscalização do Executivo.

O senador afirmou que as suas próprias expectativas de atuação são maiores do que o pouco que, na sua opinião, conseguiu fazer até agora. Mas disse que não se renderá a essa frustração, sentimento que, a seu ver, foi constatado em artigo do jornalista Augusto Marzagão sobre as razões da candida-

tura de tantos deputados às próximas eleições municipais. Segundo Suassuna, os resultados da ação política são mais visíveis à frente de uma administração do que no exercício de um mandato parlamentar.

Em aparte, Osmar Dias (PR) sinalizou que é a impotência de mudar as coisas, sentida por parlamentares como ele, que os leva a se candidatarem às prefeituras.

Já para Romeu Tuma (PSL-SP), o Legislativo ensina muito e, instados a se candidatarem, como ele o é, os parlamentares podem levar às prefeituras uma experiência ines-

timável.

Para Humberto Lucena (PMDB-PB), peculiaridades locais e partidárias determinam candidaturas de deputados às prefeituras. Ele citou o caso de Campina Grande, em que o PMDB não chegou a outra solução e "tudo indica que o deputado Cássio Cunha Lima será obrigado a ser o prefeito".

Suassuna registrou também que feitos paraibanos estão desde ontem reunidos em Campina Grande para elaborar propostas de enfrentamento à "situação calamitosa" que os atinge.



Ney Suassuna

Romeu Tuma homenageia Paulo Lacerda

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) homenageou o delegado Paulo Lacerda, que conduziu o inquérito contra Paulo César Farias (o PC) e que agora está se aposentando na Polícia Federal. Lembrando que, como diretor da Polícia Federal, foi sua a iniciativa de nomear esse delegado para conduzir aquele inquérito, Tuma comentou as dificuldades enfrentadas por esse profissional, em virtude do vulto e da complexidade das fraudes sob investigação.

Ele explicou que Lacerda conseguiu formar uma equipe altamente especializada, que até hoje realiza excelente trabalho na condução de inquéritos policiais de grande monta, como os relacionados com crimes contra o sistema financeiro. "Tive a felicidade de poder escolhê-lo num dos momentos mais difíceis por que passou a Nação, por isso espero que ele não vá para casa, mas continue servindo ao País".

Num aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) disse que é muito difícil alguém merecer uma homenagem como essa, pois "Lacerda é uma das pessoas mais dignas, mais corretas e que mais tentou acertar no trabalho de combate à impunidade". Simon também informou que, tanto no governo de Itamar quanto no atual, defendeu a escolha de Lacerda para dirigir a Polícia Federal, cargo que o delegado não aceitou porque não lhe foram dadas várias condições impostas para aceitar a missão.

Francelino apressa votação do Código de Trânsito

Relatório do senador Gilberto Miranda deve ser entregue ainda hoje aos membros da comissão especial, informa senador

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) anunciou que receberá hoje e distribuirá imediatamente aos membros da Comissão Especial de Trânsito, da qual é presidente, o relatório elaborado pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) sobre o projeto de Código de Trânsito Brasileiro. O senador lamentou que também hoje se completem dois anos que o projeto tramita no Senado e observou que, além do interesse partidário, o assunto tem sig-



Francelino Pereira

nificado altamente relevante para a sociedade brasileira.

VOTAÇÃO

Francelino entende que em duas semanas o parecer de Gilberto Miranda será votado na Comissão Especial do Senado, para, então, ser encaminhado à apreciação do plenário da Casa.

Se aprovado com alterações, o projeto deverá retornar ao exame da Câmara, e o senador espera que a votação final da matéria ocorra ainda este ano. Ele disse que a necessidade de um novo código de trânsito é tão premente que, em Belo Horizonte, acaba de realizar-se um manifesto de inconformidade com a demora de sua aprovação.

O senador explicou que foi convidado para presidir a comissão especial já no meio do ano passado, e que se trata de uma matéria polêmica que requer o exame de toda a legislação brasileira e até da internacional.

Projeto sobre doação não agrada médicos, afirma Romeu Tuma



Tuma

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) informou ontem que ficou surpreso ao participar de um simpósio na Escola Paulista de Medicina, e ouvir afirmações unânimes de médicos de que a atual legislação brasileira sobre transplantes é suficiente. Por isso, eles discordam do projeto em tramitação no Congresso que transforma todos os brasileiros em doadores, desde que não haja manifestação individual em contrário.

Segundo Tuma, os médicos defendem a melhoria da infraestrutura dedicada a transplantes e não apenas o aumento do número de doações, "pois estas já existem em potencial adequado".

Jucá quer convocar Jatene e os fabricantes de cigarros

As denúncias de que cigarros fabricados no Brasil estariam sendo "turbinados", para causar dependência física, precisam ser "passadas a limpo", afirmou ontem o senador Romero Jucá (PFL-RR), informando que apresentou à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado requerimentos de convocação do ministro da Saúde, Adib Jatene, e dos presidentes das empresas fabricantes de cigarros Souza Cruz, Flávio de Andrade, e Philip Morris, Richard Sucre, para que eles prestem esclarecimentos sobre



Romero Jucá

as denúncias.

Jucá entende que, apesar da nota de esclarecimento publicada ontem pela Souza Cruz nos grandes jornais do país, as denúncias são relevantes e "o povo precisa saber o que está, desavisadamente, consumindo".



Ademir Andrade

Ademir anuncia que governo vai a Tucuruí negociar

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) registrou a boa vontade com que o ministro de Minas e Energia enviou ao Pará um grupo de funcionários daquele ministério e da Eletronorte para negociar uma solução em torno do que reivindica o Movimento Nacional Grito da Terra Brasil, acampado no município de Tucuruí. Conforme o parlamentar, são duas as principais reivindicações do Movimento: o fornecimento de energia da hidrelétrica de Tucuruí para os 69 municípios paraenses que não a recebem; e a completa indenização das 3 mil e 500 famílias expropriadas quando da formação do lago.

O parlamentar voltou a contestar a informação, divulgada pela imprensa nacional, de que os trabalhadores, junto com eletricitários de todo o País, pretendiam invadir a hidrelétrica de Tucuruí. "Na verdade, não existia nenhum eletricitário participando desse movimento", sustentou ele, criticando o fato de que o governo enviou para a proteção da hidrelétrica 600 homens das Forças Armadas e mais de 300 integrantes da Polícia Militar. Ele condenou "o verdadeiro processo de humilhação a que foram submetidos aqueles trabalhadores, que pretendem apenas lutar por uma ação participativa no Estado".

Ademir explicou que, pela primeira vez, o Movimento Grito da Terra Brasil se consolidou numa região, acrescentando que a concentração em Tucuruí reuniu pacificamente 3 mil trabalhadores.

Kleinübing é contra projeto de Dutra sobre Vale

Relator na Comissão de Infra-Estrutura do Senado argumenta que a proposta representaria uma nítida interferência do Poder Legislativo nas ações específicas do Executivo

O senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) apresentou ontem parecer em que se manifesta contrário ao projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que condiciona a privatização da Companhia Vale do Rio Doce à autorização do Congresso Nacional. Kleinübing argumentou que a proposta representaria uma nítida interferência do Poder Legislativo nas ações específicas do Executivo.

No substitutivo oferecido ao conhecimento da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, sob a presidência do senador José Agripino (PFL-RN), o sena-

dor catarinense recomenda que as informações relativas à venda da empresa e de suas subsidiárias deverão ser remetidas ao Congresso Nacional 30 dias antes de sua publicação no *Diário Oficial*.

- Caso a desestatização da Companhia Vale do Rio Doce traga algum risco de natureza estratégica, o Congresso Nacional terá amplas condições de intervir no processo e tomar as medidas cabíveis no resguardo do in-



Kleinübing: contra burocracia na venda

teresse nacional - argumenta Kleinübing em seu parecer.

O relator disse que não pretende aumentar a burocracia do processo de desestatização com uma mera formalidade, mas criar mecanismos reais que viabilizem uma intervenção do

Congresso Nacional, caso necessário.

De acordo com o substitutivo, os recursos provenientes da privatização da Vale deverão ser aplicados em projetos de infra-estrutura econômica. Ele prevê que sejam priorizadas as áreas em que a companhia atua, mas não impede que os recursos sejam destinados a outras regiões em que a carência de infra-estrutura signifique claro impedimento da atividade econômica privada.

O parecer deverá ser votado pela comissão na segunda quinzena de junho.

Comissão decide ouvir Aureliano e Buaiz na terça

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura vai ouvir, na próxima terça-feira, os depoimentos do ex-vice-presidente da República e ex-ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, e do governador do Espírito Santo, Vítor Buaiz, sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. A audiência foi sugerida pelo líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), após a comissão ter adiado, por quinze dias úteis, a votação do projeto de sua autoria que submete ao Congresso a privatização da Vale.

O adiamento da votação deveu-se ao pedido de vista apresentado por cinco senadores - Geraldo Melo (PSDB-RN), José Roberto Arruda (PSDB-DF), Romero Tuma (PSL-SP), Waldeck Ornelas (PFL-BA) e Romero Jucá (PFL-RR) -



José Agripino preside a comissão

após a leitura do substitutivo do relator, senador Vilson Kleinübing.

No início da reunião, presidida pelo senador José Agripino, Kleinübing leu seu parecer sobre o projeto de Dutra. Em seguida, Geraldo Melo anunciou que iria apresentar pedido de vista da matéria, para que fosse encontrada uma solução consensual sobre o assunto. Geraldo Melo disse que era importante avaliar dois aspectos no caso da privatização da Vale do Rio

Doce: o do preço da venda da empresa e o do uso dos recursos arrecadados com a desestatização.

Já o senador Ney Sussuna (PMDB-PB)

afirmou que quem examinar a matéria sem a prevalência da ideologia ou xenofobia, aprofundando-se na questão, irá constatar que a venda da Vale significará mais impostos e "mais dividendos para a sociedade".

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) declarou-se favorável ao parecer de Kleinübing, afirmando que a Vale continuará prestando serviços importantes ao País para o desenvolvimento de novas iniciativas.

Parecer desagradado autor da proposta

O senador Waldeck Ornelas disse que a discussão sobre a privatização da Vale do Rio Doce estava ocorrendo porque a estatal era "a jóia da coroa", posição que seria da Petrobrás se esta pudesse ser privatizada. Por sua vez, Arruda e Jucá elogiaram o substitutivo de Kleinübing. O parecer do relator não agradou, entretanto, ao autor do projeto. Dutra disse que o texto significava "chover no molhado", porque o Congresso já vota o Orçamento e o Plano Plurianual, e tem o poder de fiscalizar os atos do Executivo, inclusive o programa de desestatização. "O que se discute é quem tem poderes para dar a palavra final sobre a privatização da Vale: o Congresso Nacional ou os funcionários do segundo escalão do governo?" - ressaltou Dutra.

Britto diz que TSE errou ao proibir governador no palanque

Em debate com senadores, governador do Rio Grande do Sul manifesta-se contra a reeleição e diz que lei atual é responsável pela inexistência de partidos sólidos



Esperidião Amin

Amin propõe bloqueio a novos endividamentos

Vários estados, como Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais, têm aumentado seu déficit público realizando operações de crédito interno e externo através da emissão de debêntures por parte de empresas criadas exclusivamente para esse fim. No interesse do Plano Real, acentuou ontem o senador Esperidião Amin (PPB-SC), é preciso bloquear essas "novas invenções em matéria de agravamento do déficit público no Brasil".

Este é o teor de projeto de resolução apresentado ontem pelo senador, proibindo os estados, municípios e Distrito Federal de criar novas empresas e, sobre elas, emitir debêntures resgatáveis num prazo de cinco anos. Na opinião de Amin, a criação de novas empresas é um recurso "ardiloso" que começou a ser utilizado por alguns governos como meio de saldar compromissos. O resultado, disse ele, é um aumento do endividamento público.

O governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, considerou um erro a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de proibir a participação dos governadores em atos públicos, durante exposição que fez ontem, na comissão especial do Senado para estudar a reforma político-partidária, presidida por Humberto Lucena (PMDB-PB).

Britto responsabiliza em parte a atual legislação eleitoral pela inexistência de partidos sólidos. Ao defender uma profunda reformulação no quadro político-partidário, ele afirmou que o aperfeiçoamento dessas instituições depende, sobretudo, da perenidade do processo democrático.

O governador gaúcho defendeu a necessidade de uma nova lei eleitoral, na qual seja contemplada a sincronia entre as eleições e posse de prefeito e Câmara de Vereadores, governador e Assembleia Legislativa, e presidente da República e Congresso. Britto manifestou-se contrário à reeleição em todos os níveis.

O senador Roberto Requião



Antônio Britto, ao depor ontem no Senado

(PMDB-PR) discordou do expositor quando este condenou a realização do segundo turno nas eleições. Requião disse que essa prática é aconselhável nas grandes cidades. Para o senador, a crítica feita por Britto aos critérios de proporcionalidade para representação no Congresso teria de levar em conta a tendência natural de os estados mais expressivos economicamente tentarem suplantarem os mais pobres.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) lamentou que, depois da Constituição de 1988, tenha havido estímulo aos partidos para se transformarem em organizações de direito privado.

A proposta levantada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) no sentido de que sejam

realizadas eleições para os suplentes de senador foi recebida com reservas pelo governador.

Quanto à maneira mais eficiente para se fortalecer os partidos, levantada por Casildo Maldaner (PMDB-SC), Britto defendeu a adoção do voto distrital misto.

O relator da comissão, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), disse que o que deve ser proibido é o uso da máquina administrativa nas eleições e não a participação dos governadores nos palanques. Já o líder do governo, Elcio Alvares (PFL-ES), disse esperar que a reforma político-partidária restabeleça a sintonia entre as ruas e o Congresso. O senador Beni Veras (PSDB-CE) também participou dos debates.

Requião quer informações sobre bônus

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Gilberto Miranda (PMDB-AM), anunciou ontem que será votado na próxima semana requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) convocando o secretário do Tesouro, Murilo Portugal, o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, e o diretor da Área Internacional do BC, Gustavo Franco, para prestarem esclarecimentos sobre a mensagem em que a União pede autorização do



Roberto Requião

Senado para reestruturar os bônus da dívida externa mediante troca de papéis e emissão de novos títulos, com o objetivo de alongar prazos e reduzir encargos.

Também serão votados dois requerimentos do senador João Rocha (PFL-TO). O primeiro solicita que os ministros da Fazenda e do Planejamento remetam à CAE os contratos firmados através da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil relativos a socorro financeiro aos governos estaduais e municipais. O segundo pede que os dois ministros, juntamente com o da Indústria, do Comércio e do Turismo, prestem informações sobre o processo de privatização.

Proposta para telecomunicações chega em setembro

Ministro interino afirma na comissão especial, presidida por Lúcio Alcântara, que o propósito do governo é vender pelo melhor preço possível as estatais de telefonia

O ministro interino das Comunicações, Renato Guerreiro, revelou ontem de manhã, na comissão especial destinada a discutir as propostas de flexibilização de monopólios estatais já aprovadas pelo Congresso, que até setembro o governo enviará projeto regulamentando as telecomunicações no País, inclusive com a criação de autarquia que terá independência financeira e administrativa.

A proposta das dificuldades que o Executivo vem tendo para privatizar as estatais, ele disse que a intenção do governo é alienar as empresas de telefonia pelo maior valor possível de mercado. Argumentou que a flexibilização do monopólio das comunicações vai propiciar nova abertura de mercado para empresários nacionais, além de modernizar o



A comissão do Senado ouviu também o depoimento de Joel Rennó

setor. "Não há incoerência em eliminar da Constituição a distinção entre capital nacional e estrangeiro", afirmou.

A comissão especial, presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ouviu também depoimentos sobre a flexibilização do monopólio do petróleo prestados pelo presidente da Petrobrás, Joel Mendes Rennó, e pelo vice-presi-

dente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Ricardo Moura Maranhão.

O presidente da Petrobrás anunciou que a proposta em elaboração para ser enviada ao Congresso embute, entre outras medidas, a criação de uma Agência Nacional de Petróleo, que servirá de órgão regulador para as atividades inerentes a refino, prospecção, ex-

portação e importação dos derivados de petróleo, visando ao interesse nacional.

MISSÃO

Já o engenheiro Ricardo Maranhão afirmou que não houve flexibilização, e sim quebra do monopólio do petróleo, acrescentando que o Congresso Nacional tem a "gravíssima missão de disciplinar a Emenda nº

9". Disse, ainda, que os países ricos necessitam de petróleo, lembrando que o produto extraído pelo México está caucionado ao governo norte-americano. Por fim, advertiu que o compromisso firmado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com o Congresso, de que a Petrobrás não será privatizada, tem que prevalecer.

Senadores vão a Goiás debater sobre transporte

A comissão especial que estuda alternativas para melhorar as condições do Corredor de Transportes do Centro-Leste realizará audiência pública na Assembleia Legislativa de Goiás, segunda-feira (dia 3), a fim de debater com lideranças do estado as providências necessárias para o desenvolvimento auto-sustentado da região de influência do setor. Informação nesse sentido foi anunciada ontem pelo presidente da comissão, senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

Já o relator da comissão, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), disse que, assim como os senadores Íris Rezende (PMDB) e Onofre Quinan (PMDB), membros da banca de Goiás, também o governador Maguito Vilela participará da reunião.

Infraero inaugura exposição dos 23 anos no Salão Negro do Congresso

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) inaugurou na tarde de ontem, no Salão Negro do Congresso Nacional, exposição em comemoração aos 23 anos de sua existência, com as presenças do presidente do Senado, José Sarney, do presidente da empresa, Adyr da Silva, e do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), além de autoridades do Ministério da Aeronáutica, órgão ao qual a Infraero é vinculada.

Ao congratular os funcionários da empresa na



O presidente do Senado abriu ontem a mostra da Infraero

solenidade de abertura da exposição, José Sarney enalteceu o esforço desenvolvido por seus administradores para viabilizar "a única empresa do mundo no gênero a operar com um grande número de aeroportos", e cumprimentou o bri-

gadeiro e engenheiro Adyr da Silva pela modernização e eficiência da Infraero, que gerencia hoje cerca de 65 aeroportos, segundo destacou.

A exposição será encerrada na próxima sexta-feira, dia 31.

Amorim quer maior rapidez na busca de menores desaparecidos

Senador destaca eficiência da TV na prestação de serviços à comunidade e conclama concessionários à prática continuada

O desaparecimento de menores deverá ser investigado pelas autoridades policiais competentes tão logo seja apresentada a denúncia, segundo projeto apresentado pelo senador Ernandes Amorim (PMDB-RO). O senador pretende, assim, modificar a prática das delegacias, que aguardam 24 horas depois do desaparecimento para começar a apurar o caso.

Ernandes Amorim afirmou que essa praxe é injustificável, já que, em caso de rapto, bastam 12 horas para a criança



Ernandes Amorim

ser levada a qualquer parte do País ou do mundo. Segundo disse, a novela exibida recentemente pela Rede Globo abordando o tema demonstrou não apenas a criatividade e a sensibilidade da autora do texto

como, também, o quanto as televisões podem ser de utilidade pública, se a isso se dispuserem.

Para o senador, o concessionário de emissora de televisão deveria utilizá-la sempre com a finalidade de prestar serviços à comunidade, já que o meio é comprovadamente eficiente. "O episódio demonstrou o quanto é poderosa a televisão como veículo de comunicação", garantiu Ernandes Amorim, destacando a responsabilidade do Senado na aprovação dessas concessões.



Benedita da Silva

Benedita discorda de índice usado para reajuste

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) questionou ontem o uso do IGP-DI, apurado com base em três índices, entre eles o IPA, que tem peso de 60% no cálculo geral, como base para o reajuste dos benefícios aos aposentados em 15%. O IPA é calculado em cima do preço de bens industriais como ácidos, algodão e arame farpado.

- Agora eu pergunto: quem é que já comeu arame farpado ou algodão? - ressaltou Benedita.

A senadora disse que fica difícil entender como a variação de preços de bens industriais pode compor um percentual utilizado para calcular salários e benefícios. Além disso, o IPA teve uma variação de 3,9% nos últimos 12 meses, enquanto os outros dois índices usados para o cálculo do IGP-DI tiveram variações superiores a 20%.

Em aparte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) ponderou que, como a economia brasileira está desindexada, o Brasil não precisa de índice.

Campos propõe conselho curador para poupança

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou projeto de lei que autoriza o Executivo a instituir um Conselho Curador dos Recursos das Cadernetas de Poupança, no âmbito do Ministério da Fazenda. Pela proposição, o conselho deverá atuar como órgão deliberativo da política de aplicação dos recursos decorrentes da captação através das cadernetas de poupança, definindo critérios de distribuição dos valores disponíveis de acordo com a política nacional de habitação.

O projeto estabelece que o



Júlio Campos

conselho será composto pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e do Trabalho, pelo presidente da Caixa Econômica Federal e por representantes da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), dos governos estaduais e municipais

e das entidades nacionais ligadas à indústria da construção civil, representativas dos interesses dos investidores em cadernetas de poupança e dos beneficiários de financiamentos com recursos da caderneta.

De acordo com o projeto, o

conselho poderá requerer ao Banco Central intervenção na instituição financeira em que forem diagnosticadas irregularidades na aplicação e destinação dos recursos da caderneta de poupança. As decisões do conselho deverão ser divulgadas pelo *Diário Oficial*.

Ainda que as cadernetas não constituam propriamente um fundo social, conforme Júlio Campos, a sociedade tem interesse em saber o destino dos recursos captados pelas empresas de poupança, "vez que a questão habitacional diz respeito diretamente a quase 120 milhões de brasileiros" que moram nas cidades.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agaciél da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** - Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** - José do Carmo Andrade
Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão** - Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal